

ATA NÚMERO 162/XII (3.ª)

Ao um dia do mês de abril de 2014, pelas 17 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Sindicato dos Jornalistas, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu as boas-vindas ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia, e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas fez uma intervenção inicial, tendo começado por se debruçar sobre as alterações à Lei da Rádio. Disse que, em relação à revisão agora proposta, o Sindicato dos Jornalistas concordava com o alargamento do prazo de concessão, mas que o Parlamento não devia desperdiçar esta oportunidade para introduzir outras alterações igualmente pertinentes, designadamente, quanto à transparência da propriedade das licenças de rádio; à concorrência, não concentração e pluralismo; à transmissibilidade das licenças e autorizações de serviços de programas; à descontinuidade da emissão; à tipologia dos serviços de programas radiofónicos; às associações de serviços de programas, ou emissões em cadeia; as parcerias de serviços de programas; aos fins da atividade de rádio e a área de cobertura; à observância do projeto licenciado; à responsabilidade e autonomia editorial; aos serviços noticiosos locais e regionais; à qualificação profissional; à concessão do serviço público de rádio; e ao princípio da solidariedade da responsabilidade civil.

Em relação à Lei da Televisão, salientou o empobrecimento verdadeiramente preocupante do papel do segundo serviço de programas generalista de âmbito nacional e a natureza da propriedade do operador, que deve ser uma empresa de capitais exclusivamente públicos.

Quanto à proposta de lei relativa aos estatutos da RTP, disse que a mesma visava introduzir alterações significativas na governação da sociedade de capitais exclusivamente públicos, quer

através de modificações sensíveis na forma de nomeação e de controlo da ação do Conselho de Administração, quer através da criação do Conselho Geral Independente (CGI); que não encontrava qualquer utilidade na criação do CGI e que não compreendia a duplicação e até o risco de conflito de competências, nomeadamente com a ERC, o Conselho de Opinião e, muito menos, com o próprio Parlamento; e duvidava que o pretendido órgão independente constituísse efetivamente uma forma de garantir a independência da RDP e da RTP, porque, sendo dois dos quatro elementos designados pelo Governo e o quinto cooptado por acordo entre os designados pelo Governo e os eleitos pelo Conselho de Opinião, haverá dois quintos e meio a favor da tutela, sendo que o membro da administração com o pelouro financeiro também será homologado pelo Governo; que se o objetivo do Governo era o de garantir a independência da empresa, perguntou como é que esse desígnio poderia ser alcançado.

Disse, também, que a administração devia ser eleita pela Assembleia da República por uma maioria qualificada; que era necessário haver um controlo mais direto sobre a execução do projeto estratégico, devendo ser substancialmente reforçadas as competências do Conselho de Opinião; que, quanto à exclusão da audição dos diretores de informação por parte da Assembleia da República, o Sindicato dos Jornalistas entendia que essa audição podia ser interpretada por muitos como uma espécie de prestação de contas dos diretores de informação ao poder político, pelo que seria suficiente ela ser feita pelo próprio Conselho de Opinião, órgão que faz a avaliação do desempenho do contrato de concessão e das obrigações do serviço público; que o Centro de Produção do Norte devia ser formalmente consagrado nos estatutos; que era necessário repor o princípio da inamovibilidade da administração, sendo a sua supressão contraditória com o objetivo de garantir a independência.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Hermínia Azenha (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS).

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) começou por dizer que todos os contributos dados pelo Sindicato dos Jornalistas em nome da transparência seriam sempre bem-vindos e desejáveis; de seguida, colocou questões sobre a concentração das rádios locais e a fraca dispersão das suas antenas; a necessidade do operador público assegurar a maior parte do serviço público; a desgovernamentalização e a independência do CGI; a não coincidência dos mandatos dos seus membros com os mandatos políticos e a não tutela do Governo; o papel dado ao

Conselho de Opinião; a não obrigatoriedade de ser o Canal 2 a cumprir todo o caderno de encargos do serviço público de televisão e a possibilidade de dispersão dessa obrigação por todos os canais em antena aberta da RTP; o Centro de Produção do Norte e a sua viabilidade no futuro, com uma maior autonomia e identidade.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) começou por sublinhar a concordância do Grupo Parlamentar do PCP com a análise feita pelo Sindicato dos Jornalistas em relação às três propostas de lei apresentadas pelo Governo, designadamente quanto à matéria respeitante à transparência e concentração da propriedade dos meios; referiu-se também à alteração do modelo de financiamento do serviço público de rádio e televisão e aos constrangimentos daí resultantes; à externalização dos recursos humanos e materiais da RTP e ao abandono de profissionais; ao serviço internacional da RTP e aos meios técnicos, financeiros e humanos ao seu dispor; à possível descaracterização do serviço a prestar pela RTP2 e à nova proposta de contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão; à redução drástica da produção própria e à necessidade de o serviço público não ter só um papel informativo, devendo também divulgar a língua, a cultura, o entretenimento, etc.; à suposta independência do CGI; à natureza dos capitais exclusivamente públicos do serviço público de rádio e televisão; e à situação atual de «vampirização» da rádio.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE), subscrevendo a posição do Sindicato quanto às três propostas de lei, referiu-se ao contrato de concessão e à definição para o futuro do serviço público de televisão e rádio; à limitação da produção interna da RTP e às consequências negativas daí resultantes para os seus trabalhadores; à conceção da RTP como uma «central de encomendas» a terceiros; ao risco de fusão das redações; à composição do CGI, aos riscos de governamentalização e à necessidade de existência deste órgão. Por fim, perguntou se a configuração final do contrato de concessão traduzia (ou não) as propostas de alteração e as sugestões apresentadas pelo Sindicato dos Jornalistas.

A Senhora Deputada Hermínia Azenha (PSD) debruçou-se sobre o contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão; o financiamento da RTP através da CAV; a inclusão de um membro dos trabalhadores e de um representante do Conselho das Comunidades Portuguesas no Conselho de Opinião; a criação, composição, competências e modo de funcionamento do CGI; os desafios das novas plataformas digitais; e a autonomia editorial.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) colocou questões sobre o financiamento e o fim da indemnização compensatória, as receitas da publicidade e a CAV; os escassos recursos para dar cumprimento a toda a missão de serviço público; a autonomia editorial, especialmente naquilo que tem a ver com a informação; a presença na empresa de um membro indigitado pelo Ministério das Finanças, a autonomia e a independência de meios financeiros; a escassez de meios do Arquivo, verdadeira «Torre do Tombo» do audiovisual, e a impossibilidade da sua conservação e preservação; e o modelo de gestão para os Centros Regionais dos Açores e da Madeira.

O Senhor Presidente do Sindicato dos Jornalistas respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que era necessário «furar o cerco» que asfixiava as rádios locais e dar uma proteção especial às cooperativas constituídas por jornalistas ou trabalhadores de empresas que têm sido «tomadas de assalto»; que não sabia como se podia concretizar a transparência do CGI com as próprias representações cultural, geográfica, de género e regional que a lei prevê; que, havendo meios e condições, era possível que a RTP2 aprofundasse e concretizasse os objetivos e obrigações que o contrato de concessão lhe atribuiu; que tem havido um encerramento maciço de rádios locais e o conseqüente despedimento coletivo de jornalistas e de outros profissionais; que a informação da rádio estava extremamente depauperada, sendo necessários recursos para que possa haver uma produção própria de qualidade do serviço público de rádio e televisão; que o operador de serviço público precisava de dinheiro para fazer programas; e que o Governo devia apostar no reforço da capacidade da produção própria da RTP.

Quanto à avaliação que o Sindicato dos Jornalistas fazia de todo este processo, disse que era bastante negativa, porque o Governo e a administração encetaram um processo penoso, revestido de uma grande opacidade e em relação ao qual a participação dos trabalhadores e dos sindicatos foi praticamente nula e insuficiente; que ainda não conhecia a nova versão do contrato de concessão, pelo que não sabia se as sugestões apresentadas pelo Sindicato dos Jornalistas tinham ou não sido acolhidas; que não devia ter sido revista a lei do financiamento dos audiovisuais; que devia ser o Estado a financiar diretamente o serviço público, através do Orçamento do Estado, da CAV, das receitas da publicidade e da comercialização de produção própria; que o Sindicato receava que «não houvesse remédio» para o CGI.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Mais adiantou que devia haver um reforço das competências do Conselho de Opinião e que a inclusão neste órgão de um representante dos trabalhadores e do Conselho das Comunidades Portuguesas era bastante positiva; que as novas plataformas digitais não podiam conduzir à fusão das redações da RDP e da RTP; que o Arquivo, «Torre do Tombo» dos audiovisuais, era um verdadeiro valor documental e histórico, cujo acervo áudio e de imagem devia ser preservado e constituir uma oportunidade para a RTP obter receitas; que o «garrote financeiro» podia pôr em causa a autonomia editorial e a independência dos conteúdos de informação; que a concessão ao CGI do poder de aprovar a estrutura orgânica proposta pelo Conselho de Administração encerrava o perigo de legitimar a operação de efetiva fusão das redações, já em curso na RTP; que nos Estatutos devia ser consagrada a obrigatoriedade de a concessionária garantir uma rede nacional de delegações, implantada estrategicamente no território, assegurando serviços de proximidade e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) e Inês de Medeiros (PS), tendo o Senhor Presidente do Sindicato dos Jornalistas respondido no final em bloco às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Senhor Alfredo Maia interveio de novo para lhes dar resposta.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 19 horas e 15 minutos.

Palácio de São Bento, 1 de Abril de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Cláudia Monteiro de Aguiar
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Sandra Pontedeira
Filipe Neto Brandão
João Figueiredo
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Lídia Bulcão
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Jacinto Serrão

Rosa Arezes

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 28/05/2014.